JUSTIÇA AMBIENTAL E A BUSCA POR IGUALDADE SOCIOAMBIENTAL

Autor(res)

Karen Bissani
Marileia Silva Dos Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNOPAR | ANHANGUERA - CAMPUS CHAPECÓ

Introdução

A justiça ambiental trata da ideia de que todas as pessoas devem ter o mesmo direito a viver em um ambiente saudável e protegido. Porém, na prática, grupos mais pobres, indígenas e comunidades tradicionais acabam sofrendo mais com os problemas ambientais, como poluição, falta de saneamento e riscos de desastres. Isso acontece porque esses grupos muitas vezes não têm voz nas decisões políticas ou não recebem atenção suficiente do poder público. Assim, discutir justiça ambiental é importante para entender como a desigualdade social também aparece quando falamos do meio ambiente e da qualidade de vida.

Objetivo

A discussão proposta serve para mostrar como a justiça ambiental pode ajudar a combater desigualdades e garantir um ambiente mais justo e saudável para todos.

Material e Métodos

Tendo como diretrizes vários estudos feitos a respeito do assunto, os resultados mostram que a falta de saneamento básico, a exposição à poluição e a ocupação de áreas de risco afetam principalmente quem vive em situação de vulnerabilidade. Isso significa que a desigualdade social também se reflete na questão ambiental. Para mudar esse cenário, é preciso ampliar a participação da sociedade nas decisões, exigir que empresas e governos cumpram suas responsabilidades e garantir acesso à informação. Além disso, a justiça ambiental está ligada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que buscam reduzir desigualdades e proteger o planeta. O grande desafio é colocar em prática as leis já existentes e superar interesses econômicos que favorecem a exploração do meio ambiente em prejuízo da população mais frágil.

Resultados e Discussão

A justiça ambiental é fundamental para garantir igualdade e qualidade de vida. Ela depende de políticas públicas eficazes, da participação das comunidades e de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável e inclusivo. As frequentes mudanças legislativas tem sido um diferencial na busca de um ordenamento jurídico realmente justo, isso porque os impactos das mudanças climáticas tem mudado o cenário do direito ambiental no Brasil e no mundo.

Conclusão

Pelo exposto, concluiu-se que não é possível falar em justiça ambiental sem falar em desenvolvimento sustentável, isso porque uma coisas depende da outra. Trazer a sustentabilidade para realidade das comunidades afetadas com as mudanças climáticas é um desafio para os gestores públicos e para os legisladores, que precisam encontrar um ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental.

Referências

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental: ação coletiva e estratégias de construção. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

HERCULANO, S. Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará,
2002.

ONU. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nações Unidas, 2015.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2010.